

Guardianship of public real estate and safeguarding fundamental constitutional guarantees

 [rdai.com.br /index.php/rdai/article/view/nohada2021](http://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/nohada2021)

Guarantee of public property and the protection of fundamental constitutional guarantees

authors

- Irene Patrícia Nohara University of São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brazil)
- Hugo Von Ancken Erdmann Amoroso Mackenzie Presbyterian University (São Paulo, São Paulo, Brazil)

IT HURTS:

<https://doi.org/10.48143/rdai.18.ipn>



Key words:


Public Goods, Possessory Protection, Constitutional Guarantees

Summary


A relevant issue from the point of view of fundamental rights is the protection of public immovable property in the face of fundamental constitutional guarantees. This article aims to analyze when, in the face of the turmoil of real estate, it is admitted that there is action by the State with self-enforcement, and when, on the other hand, such hypothesis is excluded, and it is recommended to safeguard the constitutional guarantees in conflict through intervention jurisdiction. It is expected to contribute to the reflection of this way of solving social conflicts, given a view of the State concerned with preserving human dignity when protecting public property.

Author's biography

Irene Patrícia Nohara, University of São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brazil)

Professora Livre-docente em Direito Administrativo na Universidade de São Paulo - USP (São Paulo, São Paulo, Brasil). Doutora e Mestra em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: irene.nohara@uol.com.br /  [0000-0002-3182-2803](https://orcid.org/0000-0002-3182-2803)

Hugo Von Ancken Erdmann Amoroso, Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Mestre em Direito Político e Econômico e na pós-graduação cursou especialização em em Direito Civil, ambos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, São Paulo, Brasil). E-mail: hugo@vonanckenguidolin.com.br /  [0000-0001-9810-9669](https://orcid.org/0000-0001-9810-9669)

Referências

ALEXY, Robert. Teoria de los derechos fundamentales. Tradução de Ernesto Grazón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Discricionariedade e Controle Jurisdicional. 2ª ed. 10ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2010.

HACHEM, Daniel Wunder. Princípio constitucional da supremacia do interesse público. Curitiba: Dissertação UFPR, 2011.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

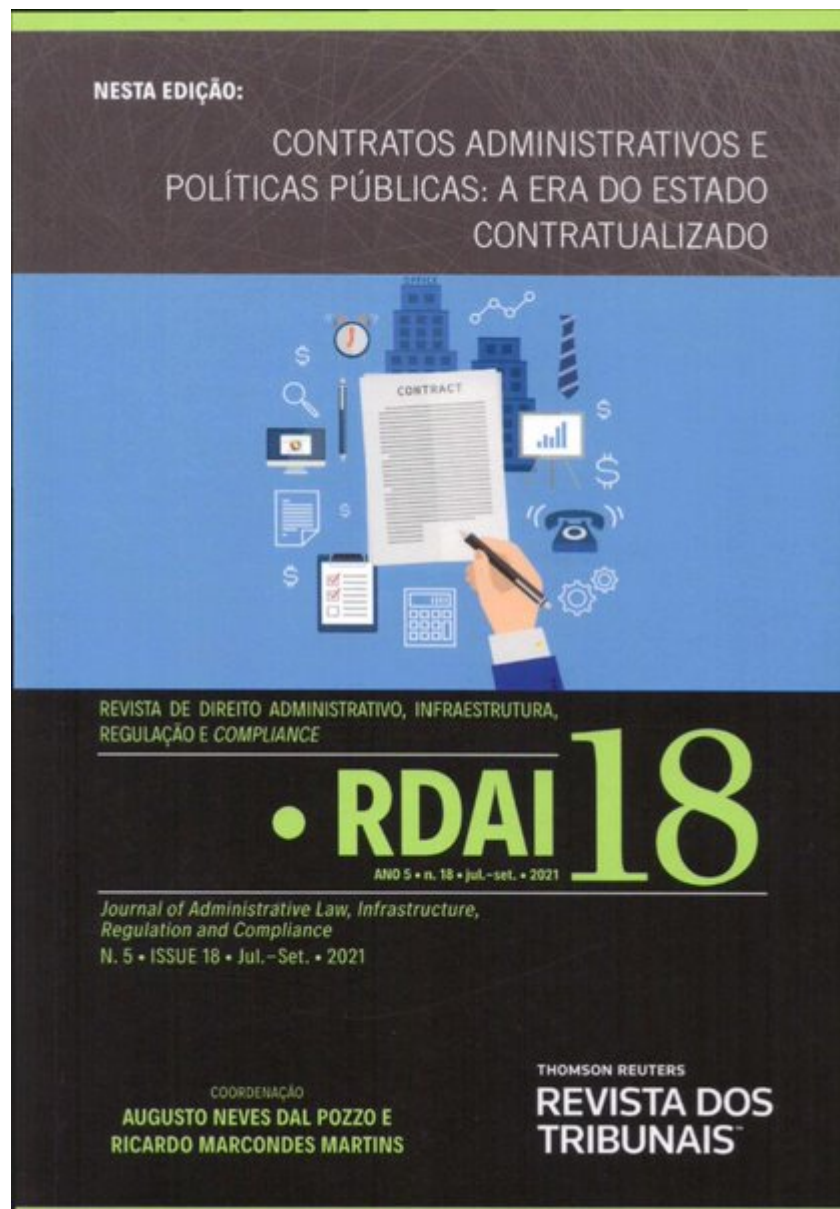
LIEBMAN; Enrico Tullio. Manual de Direito Processual Civil: vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Vol. 3. Direito das coisas. São Paulo: Saraiva. 2003.

NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NOHARA, Irene Patrícia. Reflexões críticas acerca da tentativa de desconstrução do sentido da supremacia do interesse público no Direito Administrativo. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; RIBEIRO, Carlos Vinícius Alves (Coord.). Supremacia do Interesse Público e Outros Temas Relevantes do Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.



Downloads

[Artigo PDF](#)

Publicado

2021-08-15

Como Citar

NOHARA, I. P.; AMOROSO, H. V. A. E. Tutela dos bens imóveis públicos e a salvaguarda das garantias constitucionais fundamentais: Guarantee of public property and the protection of fundamental constitutional guarantees. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI**, São Paulo: Thomson Reuters - Livraria RT, v. 5, n. 18, p. 45–70, 2021. DOI: 10.48143/rdai.18.ipn



. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/nohada2021>. Acesso em: 16 out. 2021.

Edição

v. 5 n. 18 (2021)

Seção

Direito Administrativo: Bens Públicos

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

Irene Patrícia Nohara, Danilo Vieira Vilela, [Arbitragem em contratos de infraestrutura celebrados com a Administração Pública: desenvolvimento e energia](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI: v. 3 n. 9 \(2019\)](#).

Licença

 [Creative Commons License](#)

Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#).

(CC BY-NC-ND)

Este é um resumo (e não um substituto) da [licença](#)

[Regras para publicação](#)

[Diretrizes Editoriais](#)

[Direitos e Deveres](#)

[Errata e Retratação](#)

[Preservação e Plágio](#)

[Revisão e Avaliação](#)